

Economia



RESULTADO MENOR
Vale lucra R\$ 8,2 bi no 1º trimestre

Vale é 13% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado



REFORMA TRIBUTÁRIA

CAMINHO DA REGULAMENTAÇÃO

Haddad entrega 1º projeto ao Congresso. Texto prevê IVA com alíquota média de 26,5%

VICTORIA ADEL, THAIS BARCELLOS, GERALDA DOCA E RENAN MONTEIRO
accompanying.com.br

Em mais uma etapa da re- formulação do sistema de impostos do país, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ontem ao Congresso Nacional o primeiro projeto com as regras para a aplicação da Reforma Tributária. Aprovada no ano passado depois de quatro décadas de discussões, a reforma dos impostos sobre bens e serviços requer uma ampla regulamentação de tópicos como a cesta básica nacional e o cashback, que é a devolução de tributos pagos por famílias de baixa renda.

Haddad apresentou ontem o primeiro e mais amplo projeto de regulamentação, tratando também de temas como alíquotas reduzidas para profissionais liberais. O documento tem mais de 300 páginas e 500 artigos. Pelo menos outros dois projetos, mais específicos, ainda serão propostos. O ministro entregou o texto pessoalmente aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), depois de validá-lo com o presidente Lula.

EXPECTATIVA COM PRAZO

Em entrevista após o ato, o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, disse que, com o desenho do projeto de lei, a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ficará entre 25,7% e 27,3%, com uma média de 26,5%. A reforma unifica o impostos federais, estaduais e municipais sobre bens e serviços. Essa alíquota, por enquanto, trata-se de uma estimativa, que só será confirmada ao fim da regulamentação.

No ano passado, o governo chegou a estimar uma alíquota de até 27,5%, mas o percentual médio atualizado ficou um pouco mais baixo porque alguns itens do projeto de regulamentação ficaram mais duros — ainda assim, trata-se de uma das alíquotas mais altas do mundo. A regulamentação é importante nessa definição porque, quanto mais exceções, maior a carga sobre os demais contribuintes. A divulgação da estimativa sobre a alíquota foi uma estratégia. A equipe econômica foi alertada de que seria uma das primeiras perguntas dos deputados no início da transição. O objetivo foi tirar essa questão

das discussões e deixar claro que qualquer mudança impacta os números.

Haddad explicou que as diretrizes do governo garantem tributação zero para alimentos da cesta básica. Alguns produtos terão alíquota zerada, outros redução, mas "artigos de luxo" terão alíquota cheia. Hoje, a cesta básica tem isenção de tributos federais, mas cada estado tem sua própria norma.

— A diretoria do presidente da República foi garantir que, apesar da adoção do IVA, não houvesse nenhum incremento na alíquota dos alimentos. Nós consideramos a cesta básica num nível nacional, vários alimentos foram incluídos na cesta básica nacional — disse Haddad.

Na lista da cesta básica

“Nosso caótico sistema tributário, que está entre os dez piores do mundo, estará entre os dez melhores”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

ampla, estão produtos como arroz, leite, manteiga e margarina. Ficam com alíquota reduzida carnes, peixes (exceto alguns, como o bacalhau) e alguns tipos de queijos, entre outros produtos. O ministro da Fazenda afirmou que o novo sistema tributário do Brasil vai simplificar a cobrança de im-

postos e disse que conta com o apoio do Congresso para a aprovação dos projetos ainda este ano.

— Hoje nossa alíquota está na casa de 34%, essa é a alíquota que se paga no Brasil. E nós temos segurança de que, se nós tivermos um sistema digital que coíba evasão, coíba fraude, essa alíquota pode ser reduzida. Haddad disse ainda que o sistema de impostos do Brasil passará a ser um dos melhores do mundo após a conclusão da reforma.

— O país aguarda há 40 anos para a solução de um dos mais emaranhados dos problemas brasileiros, que é o nosso caótico sistema tributário, que está entre os dez piores do mundo e estará entre os dez melhores do mundo — disse o ministro

ao entregar o texto a Lira.

O que preocupa o governo agora são as eleições municipais de outubro, que costumam esvaziar o Congresso. Por isso, trabalha para que o texto seja aprovado na Câmara neste semestre, a tempo de concluir a votação no Senado ainda neste ano.

Lira disse que as propostas precisam ser aprovadas antes do recesso parlamentar, que começa em julho. Ele afirmou que estuda a formação de dois grupos de trabalho para relatoria dos projetos de lei complementares.

— Não sabemos se vão ser um ou dois relatores. Também pensamos em dois grupos de trabalho, para dar oportunidade a mais deputados. Queremos que em 60 ou 70 dias esteja no plenário, antes do recesso.

Na terça-feira, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, Lula defendeu manter na regulamentação o mesmo relator do texto da PEC sobre o tema aprovada no ano passado, o deputado federal Aginaldo Ribeiro (PP-PB). Mas isso não está garantido.

Pacheco, por sua vez, também afirmou que pretende dar celeridade à análise do texto no Senado.

— O ano de 2024 passa a ser um ano de prioridade para esse tema da regulamentação. É um projeto muito robusto e merecerá toda a nossa atenção.

O cronograma da Fazenda prevê que a regulamentação será feita entre 2024 e 2025. Com o término dessa fase, poderá ter início, em 2026, a transição dos atuais impostos para o modelo de IVA.

Pelo modelo adotado na reforma, os impostos federais PIS, Cofins e IPI irão compor a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já o estadual ICMS e o municipal ISS se juntarão no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), controlado pelos estados.

PARA ABAIXAR RENDA

Uma das propostas apresentadas ontem trata-se do cashback, devolução de parte do imposto pago, para a população de baixa renda. Segundo o texto, praticamente todos os produtos consumidos por essas famílias terão direito ao cashback, à exceção daqueles sujeitos ao Imposto Seletivo, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Terão direito ao cashback as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (equivalente, hoje, a R\$ 706), integrando-se ao Cadastro Único (CadÚnico). Como regra geral, a devolução será calculada sobre o consumo das famílias formalizado, por meio da emissão de documentos fiscais. O cashback será gerido pela Receita Federal. Os tributos serão devolvidos no momento da cobrança quando do se tratar de contas de consumo: luz, água, esgoto e gás.

O projeto também apresenta produtos e serviços que terão alíquota maior, mas não detalha os números. Isso incidirá sobre veículos, embarcações e aeronaves; produtos fumígenos, como cigarros; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; bens minerais extrativos, como petróleo, gás natural e minério de ferro.

OS DETALHES DO NOVO SISTEMA

1 Cesta básica nacional, com impostos zerados e reduzidos

O governo propõe, juntamente com os estados, uma redução no número de produtos para a cesta básica nacional, que contará com isenção dos futuros impostos sobre o consumo. A cesta básica com alíquota zero, proposta pelo governo, tem 15 itens (com diferentes categorias), como arroz, feijão, margarina, riles, farinhas, óleo, açúcar e leite. Haverá uma cota maior, com redução de 60% no imposto, com carne, ovos, alguns peixes, crustáceos (exceto lagosta e lagostim).

2 “Cashback”: devolução de imposto para baixa renda

A equipe econômica recomenda “cashback” às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, o equivalente a R\$ 706). Pela proposta, haverá devolução de 100% do imposto pago para a CBS (IVA federal) e de 20% para o IBS (IVA estadual e municipal), no caso do gás de cozinha de 50% para a CBS e 20% para o IBS, no caso de energia elétrica, água e esgoto; e de 20% para a CBS e para o IBS, nos demais casos.

3 “Imposto do pecado” sobre bebidas e petróleo

O governo propõe ainda que o imposto Seletivo, chamado de “imposto do pecado”, seja cobrado sobre cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos poluentes e sobre a extração de minério de ferro, petróleo e gás natural. O objetivo é que bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente tenham um imposto maior do que o restante da economia. As alíquotas, no entanto, só serão conhecidas no futuro.

4 Desconto de 30% na alíquota geral para profissionais liberais

O projeto traz a lista completa das categorias de profissionais liberais que terão alíquota reduzida em 30% em seus serviços: administradores; advogados; arquitetos e urbanistas; assistentes sociais; bibliotecários; biólogos; contabilistas; economistas; profissionais de educação física; engenheiros e agrônomos; estatísticos; médicos veterinários e zootecnistas; museólogos; químicos; profissionais de relações públicas; técnicos industriais; e técnicos agrícolas.

5 Escolas, hospitais, laboratórios e dentistas terão desconto

O projeto propõe que serviços ligados a escolas e hospitais particulares tenham um desconto de 60% no imposto pago. A proposta traz ainda a lista de medicamentos e equipamentos médicos com isenção total do imposto, ou redução de 60% sobre a alíquota. Não precisando pagar imposto 383 princípios ativos de medicamentos, listados em anexo no projeto de lei complementar. Estão na lista, por exemplo, vacinas de prevenção a Covid-19, dengue, febre amarela e gripe.